



Sindsep/MA visita servidores na Regional de Saúde de Rosário

O Sindsep/MA através dos diretores Raimundo Pereira (Presidente) e Manoel Cecílio (Secretaria de Administração, Patrimônio e Finanças), estiveram ontem, 15, visitando os servidores federais lotados na Regional de Saúde de Rosário.

Na oportunidade, foram colocados em pauta; assuntos referentes ao universo sindical, realidade dos servidores com relação ao Governo Federal e a Eleição para o Conselho Deliberativo da Capesau-de, que vai acontecer amanhã, 17, e 18 (sexta-feira).

Manoel Cecílio, um dos candidatos na Chapa 2 “Juntos em Defesa da Capesesp”, que representa os trabalhadores, explicou as propostas do coletivo, principalmente a questão que corresponde ao aumento no percentual repassado pelo plano através da ANS, que atualmente é de 22%; e o fim da taxa de internação.

Com relação ao repasse feito pelo plano de 22%, ele explicou, que a Chapa 2 defende que o aumento per capto repassado pelo governo seja

de 50%, suavizando assim, o valor das mensalidades para os associados, que atualmente contribuem com 72%.

Outra proposta da Chapa 2, é aumentar a autonomia das regionais, para que haja mais celeridade nos procedimentos.

ELEIÇÃO DO SISMURB



Ainda na cidade de Rosário, os Raimundo Pereira e Manoel Cecílio, acompanharam as eleições do Sindicato Intermunicipal dos Servidores Públicos Municipais de Rosário, Bacabeira e Presidente Juscelino (Sismurb).

Os diretores do Sindsep/MA visitaram as sedes dos regionais do Sindicato, ratificando a política de fortalecimento da classe trabalhadora defendida pela entidade durante a sua história.

“O Sindsep/MA sempre foi uma entidade que contribuiu para o fortalecimento da classe trabalhadora, e o nosso papel aqui nas eleições do Sismurb, é justamente reafirmar esse nosso compromisso”, declarou Raimundo Pereira.





Enquanto Temer aposta na privatização, países ricos reestatizam serviços

Na década de 1980, durante o governo da primeira ministra Margaret Thatcher, a palavra de ordem na economia do Reino Unido era privatizar. Passados quase 40 anos, a insatisfação dos britânicos com o resultado das privatizações foi exposta por uma pesquisa que mostrou que 83% da população são a favor da nacionalização da água, 77% da eletricidade e do gás e 76% do transporte ferroviário.

Para os britânicos, os grandes grupos econômicos prestam serviço de má qualidade, ignoram as necessidades dos consumidores e priorizam, apenas, o envio de lucros exorbitantes aos seus acionistas.

Integrante da Internacional de Serviços Públicos (ISP) e secretária da Mulher Trabalhadora da CUT, Junéia Batista, considera a avaliação negativa dos britânicos absolutamente correta. Segundo ela, em todo o mundo, “as privatizações repassam as riquezas naturais para os grupos internacionais que, em contrapartida, devolvem péssimos serviços para a população”.

No caso britânico, o relatório da empresa Cuttil, que fez a pesquisa sobre os serviços privatizados, mostrou que, com as taxas atuais de investimentos, a empresa privada de água e saneamento, por exemplo, levará 357 anos para renovar a rede de abastecimento de Londres, enquanto no Japão o processo levaria apenas 10 anos.

E foi justamente esse modelo de privatização que mercantiliza os serviços públicos reprovado pela maioria dos britânicos que inspirou o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) a iniciar um processo de privatização no Brasil na década de 1990 e que, agora, o ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) quer ampliar, diz Felipe Araújo, engenheiro civil da

Eletrobras/Furnas e diretor da Associação dos Funcionários de Furnas (ASEF).

“Foi exatamente da Grã-Bretanha que o governo FHC trouxe o modelo de privatização e mercantilização do setor elétrico brasileiro e agora o governo Temer busca aprofundar sem a devida discussão técnica, desconsiderando importantes exemplos mundiais, como a realidade britânica”, diz Felipe.

Para o coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), José Maria Rangel, o Brasil está na contramão da história.

“Enquanto o mundo estatiza os serviços essenciais para a população, o Brasil privatiza tudo porque há no poder hoje um governo usurpador e sem compromisso com a sociedade”.

O secretário de Meio Ambiente da CUT, Daniel Gaio, alerta para o risco da privatização da Eletrobras e as consequências da venda do patrimônio público não apenas para o sistema elétrico, mas também para o controle da água, que passará a ter um preço definido pelas empresas privadas, uma vez que parte considerável da energia gerada no País vem das hidrelétricas.

“As empresas que estão por trás disso não querem a privatização apenas pelo valor da tarifa dos serviços e sim pelo domínio dos bens naturais”, afirma Daniel.

Segundo ele, esse governo golpista e sua política neoliberal quer privatizar bens públicos e ainda por cima colocar preços – mercantilizar - os bens públicos.

O secretário de Meio Ambiente da CUT alerta ainda para um Projeto de Lei (PL) que está tramitando na Câmara dos Deputados - que pode ser alterado para Medida Provisória (MP) - que incentiva a privatização dos serviços municipais da água, incluindo o saneamento.

Pelo PL, o município fica obrigado a oferecer suas companhias de água para o setor privado e se não conseguir interessados, aí sim poderia oferecer as empresas estaduais, como a Sabesp, por exemplo.

“Há uma pressão das grandes empresas que financiam as campanhas eleitorais para aprovação desse projeto que facilita e incentiva os municípios a privatizarem a água”, conta Daniel Gaio.

Educação e saúde

O engenheiro Felipe Araújo, diretor da Associação dos Funcionários de Furnas (ASEF), alerta para outro ponto, o falso argumento dos golpistas de que a venda das estatais gerará receita para a saúde e a educação, com o pagamento de impostos.

Felipe lembra que o teto dos gastos públicos impede a utilização desses recursos, e, além disso, as grandes empresas enviam seus lucros para os países onde elas pagam menos impostos.

Desestatização no mundo

O processo de desestatização dos serviços públicos também é apoiado pela população da Argentina, Estados Unidos, França e outros países da Europa.

No ano 2000, os franceses quiseram a volta da estatização da água, e mais recentemente, Buenos Ayres e outras cidades argentinas querem a ‘desprivatização’ desse serviço.

Felipe lembra que o teto dos gastos públicos impede a utilização desses recursos, além disso, as grandes empresas enviam seus lucros para os países onde elas pagam menos impostos, como os britânicos constaram, segundo a pesquisa.

Fonte: www.cut.org.br